Junho/2011

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: MODELO1

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001−0001−0001

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva- Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva- Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva- Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

As indústrias culturais, e mais especificamente a do cinema, criaram uma nova figura, "mágica", absolutamente moderna: a estrela. Depressa ela desempenhou um papel importante no sucesso de massa que o cinema alcançou. E isso continua. Mas o sistema, por muito tempo restrito apenas à tela grande, estendeu-se progressivamente, com o desenvolvimento das indústrias culturais, a outros domínios, ligados primeiro aos setores do espetáculo, da televisão, do show business. *Mas alguns sinais já demonstravam que o sistema estava prestes a se espalhar e a invadir todos os domínios: imagens como as de* Gandhi *ou* Che Guevara*, indo de fotos a pôsteres, no mundo inteiro, anunciavam a planetarização de um sistema que o capitalismo de hiperconsumo hoje vê triunfar.*

O que caracteriza o star-system *em uma era hipermoderna é, de fato, sua expansão para todos os domínios. Em todo o domínio da cultura, na política, na religião, na ciência, na arte, na imprensa, na literatura, na filosofia, até na cozinha, tem-se uma economia do estrelato, um mercado do nome e do renome. A própria literatura consagra escritores no mercado internacional, os quais negociam seus direitos por intermédio de agentes, segundo o sistema que prevalece nas indústrias do espetáculo. Todas as áreas da cultura valem-se de paradas de sucesso* (hit-parades)*, dos mais vendidos* (best-sellers)*, de prêmios e listas dos mais populares, assim como de recordes de venda, de frequência e de audiência destes últimos.*

A extensão do star-system *não se dá sem uma forma de banalização ou mesmo de degradação – da figura pura da estrela, trazendo consigo uma imagem de eternidade, chega-se à vedete do momento, à figura fugidia da celebridade do dia; do ícone único e insubstituível, passa-se a uma comunidade internacional de pessoas conhecidas, "celebrizadas", das quais revistas especializadas divulgam as fotos, contam os segredos, perseguem a intimidade. Da glória, própria dos homens ilustres da Antiguidade e que era como o horizonte resplandecente da grande cultura clássica, passou-se às estrelas – forma ainda heroicizada pela sublimação de que eram portadoras –, depois, com a rapidez de duas ou três décadas de hipermodernidade, às pessoas célebres, às personalidades conhecidas, às "pessoas". Deslocamento progressivo que não é mais que o sinal de um novo triunfo da forma-moda, conseguindo tornar efêmeras e consumíveis as próprias estrelas da notoriedade.*

(Adap. de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy. Uma cultura de celebridades: a universalização do estrelato. In **A cultura – mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Trad: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.81 a 83)

1. No texto, os autores

(A) tecem elogios às indústrias culturais, assinalando como positivo o desempenho delas na constituição de sociedades modernas.

(B) advogam o reconhecimento do papel exclusivo do cinema na criação e disseminação da figura da estrela.

(C) atribuem às estrelas do cinema a massificação dessa arte, em um sistema que permanece unicamente por força da atuação das atrizes de alta categoria.

(D) condenam a expansão do sistema que equivocadamente se constituiu no passado em torno da figura da estrela, porque ele tornou obrigatória a figura intermediária do agente.

(E) apontam a hipermodernidade como era que adota, de modo generalizante, práticas que na modernidade mais se associavam às indústrias do espetáculo.

2. Os autores referem-se a *Gandhi* ou *Che Guevara* com o objetivo de

(A) insinuar que, na modernidade, a imagem independe do valor que efetivamente um homem representa.

(B) recriminar, em aparte irrelevante para a argumentação principal, a falta de critério na exposição da figura de um líder, que acarreta o uso corriqueiro de sua imagem – numa foto ou pôster.

(C) comprovar que o sistema associado à figura da estrela estava ligado aos setores do espetáculo, da televisão, do *show business*.

(D) conferir dignidade à indústria cultural, demonstrando que essa indústria tem também a função de dar visibilidade à imagem de grandes líderes.

(E) demonstrar, por meio de particularização, que antes da era hipermoderna já havia sinais de que o *star-system* invadiria todos os domínios.

3. *Mas o sistema, por muito tempo restrito apenas à tela grande, estendeu-se progressivamente, com o desenvolvimento das indústrias culturais, a outros domínios, ligados primeiro aos setores do espetáculo, da televisão, do* show business.

Na frase acima, o segmento destacado equivale a:

(A) por conta de ter ficado muito tempo restrito.

(B) ainda que tenha ficado muito tempo restrito.

(C) em vez de ter ficado muito tempo restrito.

(D) ficando há muito tempo restrito.

(E) conforme tendo ficado muito tempo restrito.

4. *A extensão do* star-system *não se dá sem uma forma de banalização ou mesmo de degradação – da figura pura da estrela, trazendo consigo uma imagem de eternidade, chega-se à vedete do momento, à figura fugidia da celebridade do dia; do ícone único e insubstituível, passa-se a uma comunidade internacional de pessoas conhecidas, "celebrizadas", das quais revistas especializadas divulgam as fotos, contam os segredos, perseguem a intimidade.*

Considerado o fragmento acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) A expressão *ou mesmo* indica que os autores atribuem à palavra *degradação* um sentido de rebaixamento mais intenso do que atribuem à palavra *banalização.*

(B) A substituição de *não se dá sem uma forma de banalização* por "procede de um tipo de atitude trivial" mantém o sentido original.

(C) A forma *trazendo* expressa, na frase, sentido de condicionalidade, equivalendo a "se trouxer".

(D) O contexto exige que se compreendam os segmentos *da figura pura da estrela* e *do ícone único e insubstituível* como expressões de sentidos opostos.

(E) A substituição de *das quais* por "cujas" mantém a correção e o sentido originais.

---

5. *Da glória, própria dos homens ilustres da Antiguidade e que era como o horizonte resplandecente da grande cultura clássica, passou-se às estrelas – forma ainda heroicizada pela sublimação de que eram portadoras –, depois, com a rapidez de duas ou três décadas de hipermodernidade, às pessoas célebres, às personalidades conhecidas, às "pessoas". Deslocamento progressivo que não é mais que o sinal de um novo triunfo da forma-moda, conseguindo tornar efêmeras e consumíveis as próprias estrelas da notoriedade.*

Levando em conta o acima transcrito, em seu contexto, assinale a afirmação correta.

(A) No segmento que se encontra entre vírgulas, imediatamente depois de *Da glória*, somente uma das declarações destina-se a caracterizar "glória".

(B) É legítimo entender-se do fragmento: as estrelas ostentavam, e pelas mesmas razões, a aura de heroísmo que representava a glória dos homens ilustres da Antiguidade.

(C) No segmento que descreve a segunda parte do processo de deslocamento, introduzida por *depois*, a expressão que está subentendida é *Da glória.*

(D) As aspas, em *"pessoas"*, chamam a atenção para o particular sentido em que a palavra foi usada: como sinônimo das duas expressões imediatamente anteriores.

(E) A forma *efêmeras e consumíveis* obtém sua força expressiva pela repetição de uma mesma ideia, repetição que se dá sem acréscimo de traço de sentido.

---

6. Em certas passagens do primeiro parágrafo, os autores referem-se a certas ações pretéritas que consideravam contínuas. A forma verbal que demonstra essa atitude é

(A) (linha 2) *criaram.*
(B) (linha 5) *alcançou*.
(C) (linha 5) *continua.*
(D) (linha 13) *anunciavam.*
(E) (linha 15) *vê triunfar.*

---

7. Considere as afirmações que seguem.

I. A sequência *na política, na religião, na ciência, na arte, na imprensa, na literatura, na filosofia, até na cozinha* constitui elenco de profissões que tiveram de se associar ao *domínio da cultura* para atingir a *economia do estrelato.*

II. Em *A própria literatura consagra escritores no mercado internacional, **os quais** negociam seus direitos por intermédio de agentes, segundo o sistema que prevalece nas indústrias do espetáculo,* a expressão em destaque foi obrigatoriamente empregada para evitar a ambiguidade que ocorreria se, em seu lugar, fosse usado o pronome "que".

III. Em *A própria literatura consagra escritores no mercado internacional, os quais negociam seus direitos por intermédio de agentes, segundo o sistema **que prevalece** nas indústrias do espetáculo,* o segmento destacado poderia ser substituído por "prevalecente", sem prejuízo do sentido e da correção originais.

O texto legitima

(A) I, somente.
(B) II, somente.
(C) III, somente.
(D) I e III, somente.
(E) I, II e III.

---

8. *...imagens como as de* Gandhi *ou* Che Guevara, *indo de fotos a pôsteres, no mundo inteiro, anunciavam a planetarização de um sistema que o capitalismo de hiperconsumo hoje vê triunfar.*

Outra redação, clara e correta, para o segmento acima é:

(A) ...no mundo inteiro, *Gandhi* ou *Che Guevara* em imagens de fotos ou pôsteres, anunciavam a planetarização do sistema que hoje se vê triunfar segundo o capitalismo de hiperconsumo.

(B) ...tanto *Gandhi* e também *Che Guevara*, com imagens indo de fotos a pôsteres no mundo inteiro anunciavam aquilo que o capitalismo de hiperconsumo chama planetarização de um sistema.

(C) ...indo de fotos a pôsteres, no mundo inteiro, imagens tais como a de *Gandhi* ou *Che Guevara* anunciavam que havia se planetarizado o sistema que o capitalismo de hiperconsumo, hoje, vê triunfar.

(D) ...planetarizou-se o sistema – aquele que o capitalismo de consumo hoje vê o triunfo – o que foi anunciado com as imagens de *Gandhi* e *Che Guevara* indo pelo mundo com fotos a pôsteres.

(E) ...um sistema que o capitalismo de hiperconsumo hoje vê seu triunfo teve anunciado sua planetarização por *Gandhi* ou também *Che Guevara*, com sua ida pelo mundo, por fotos e pôsteres.

9. Está correta a seguinte frase:

(A) Ainda que os méritos pela execução do projeto não coubessem àquele engenheiro, foram-lhe logo atribuídos, mas ele, com humildade, não hesitou em recusá-los.

(B) Parecia haver muitas razões para que seus estudos de metereologia não convencesse, mas a mais excêntrica era inventar pretextos inverossímeis para seus erros.

(C) Devem fazer mais de seis meses que ele não constroe nenhuma maquete, talvez por estresse; por isso, muitos são a favor de que lhe seja concedido as férias acumuladas.

(D) Ele é especialista em vegetais euros-siberianos, motivo das suas análizes serem feitas em extensa faixa da Europa e dele viajar tão à vontade.

(E) Ao que me disseram, tratam-se de questões totalmente irrelevante para o pesquisador, mas, mesmo assim, jornalistas tentam assessorá-lo na divulgação delas.

10. A alternativa que apresenta frase correta é:

(A) – Senhor Ministro, peço sua licença para advertir que Vossa Excelência se equivocais no julgamento dessa lei tão polêmica.

(B) Seus companheiros, até os recém-contratados, não lhe atribuem nenhum deslize e creem que esse é mais um injusto empecilho entre tantos com que ele já se defrontou.

(C) Se eles não satisfazerem todas as exigências, não se têm como contratá-los sem enveredar pelo caminho da irregularidade.

(D) O traumático episódio gerou grande ansiedade, excitação desmedida que lhe fez xingar e investir contra a pessoa mais cumpridora com seus deveres.

(E) Caso ele venha a se opor, será uma compulsão a que ninguém deve compartilhar, sob perigo de todos os envolvidos se virem em situação de risco na empresa.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

11. Em matéria de distribuição dos processos, os feitos serão registrados mediante numeração contínua, em cada uma das classes previstas no Regimento Interno, entre outras, o Recurso Eleitoral (RE), código 30. Nesse caso, é certo que

(A) o agravo de instrumento não poderá ser autuado com a indicação do feito no qual foi interposto, sendo facultado seu apensamento a este quando devolvido pela Instância superior.

(B) o registro na respectiva classe processual terá como parâmetro a classe eventualmente indicada pela parte no recurso, não cabendo sua alteração pela Secretaria Judiciária.

(C) caberá ao Relator solucionar as dúvidas que surgirem na classificação do feito e o Vice-Presidente do Tribunal fará o controle do andamento e das decisões do feito mediante sistema eletrônico.

(D) os recursos e pedidos incidentes ou acessórios poderão ser juntados aos autos principais, mediante termo genérico, porém alterando-se a classe e a numeração do feito.

(E) se o processo for de competência da Corregedoria Regional Eleitoral e que deva ser apreciado pelo Tribunal será registrado em outra classe processual e distribuído pela Secretaria Judiciária ao respectivo Relator.

12. No que se refere aos recursos de decisão do Presidente e do Relator, é correto afirmar que

(A) é vedado à parte prejudicada por tais despachos requerer que se apresentem os autos em mesa para que a decisão seja alterada ou confirmada.

(B) o prazo para a interposição desses recursos será de 3 (três) dias, contados da publicação ou da intimação do despacho.

(C) esse recurso regimental, por sua natureza, é sempre administrativo e sem quaisquer restrições.

(D) as partes e o Ministério Público disporão de 10 (dez) minutos, improrrogáveis, para fins de sustentação oral.

(E) se apresentada a petição, e for confirmado o despacho recorrido, o Relator não poderá tomar parte do julgamento na sessão oportuna.

13. Com relação às competências, analise:

I. Convocação à sua presença do Juiz Eleitoral da Zona que deva pessoalmente prestar informações de interesse para a Justiça Eleitoral, ou indispensáveis à solução do caso concreto.

II. Propor ao Tribunal o arquivamento do processo da originária competência deste, se a resposta ou defesa prévia do acusado, nos casos em que for admitida, convencer da improcedência da acusação.

III. Presidir a Comissão Apuradora do Tribunal.

IV. Defender a jurisdição do Tribunal.

São atribuições, respectivamente, do

(A) Presidente, Procurador-Regional, Corregedor-Regional Eleitoral e Relator.

(B) Corregedor-Regional Eleitoral, Procurador-Regional, Presidente e Relator.

(C) Corregedor-Regional Eleitoral, Relator, Vice-Presidente e Procurador-Regional.

(D) Presidente, Relator, Vice-Presidente e Revisor.

(E) Relator, Revisor, Presidente e Corregedor-Regional Eleitoral.

14. No que tange aos recursos em geral é INCORRETO afirmar que

(A) os recursos serão distribuídos a um Relator, em 24 (vinte e quatro) horas, pela ordem rigorosa de antiguidade dos respectivos membros, esta última exigência, sob pena de nulidade de qualquer ato ou decisão do relator ou Tribunal.

(B) os recursos parciais, dentre os quais não se incluem os que versarem matéria referente ao registro de candidatos, interpostos para o Tribunal, serão julgados à medida que derem entrada na Secretaria.

(C) os recursos administrativos serão interpostos no prazo de 10 (dez) dias e processados na forma dos recursos eleitorais, funcionando como Relator o Vice Presidente, ficando o Presidente sem direito a voto.

(D) o Relator devolverá os autos à Secretaria no prazo de 10 (dez) dias para, nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, ser encaminhado ao Revisor e após incluído na pauta de julgamento.

(E) dos atos, resoluções, ou decisões dos membros do Tribunal e dos Juízes ou Juntas Eleitorais, caberá recurso para o Tribunal e, sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 03 (três) dias da publicação do ato, resolução ou decisão.

15. Dentre as atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral, consta a de

(A) conhecer, em grau de recurso, das decisões administrativas da Secretaria e impor aos funcionários desta penas de suspensão.

(B) assistir às sessões, de qualquer natureza, do Tribunal, tomando parte nas discussões, assinando suas resoluções e acórdãos.

(C) representar ao Tribunal sobre a fiel observância das leis eleitorais e sua aplicação uniforme em toda a Circunscrição.

(D) levar os processos judiciais e administrativos à mesa para julgamento de incidentes por ela ou pelas partes suscitadas.

(E) investigar se há crimes eleitorais a reprimir e se as denúncias já oferecidas têm curso normal.

Noções de Informática

16. O mesmo modo de exibição (Listas, Lado a lado, Detalhes, etc) que está sendo apresentado na pasta atual, pode ser aplicado a todas as pastas do *Windows XP*, na janela Meu computador, clicando-se com o *mouse* em

(A) Tarefas do sistema → Modo de exibição.
(B) menu Arquivo → Opções de pastas → Modo de exibição.
(C) menu Ferramentas → Opções de pastas → Modo de exibição.
(D) menu Ferramentas → Mapear opções de pasta → Modo de exibição.
(E) Tarefas do sistema → Mapear opções de pasta → Modo de exibição.

---

17. Em relação ao *BrOffice.org 3.1*, considere:

I. Em um arquivo aberto no *Writer* quando o cursor está em qualquer linha de qualquer parágrafo, ao se pressionar a tecla *Home* ele irá se posicionar no início do texto.

II. Em uma planilha do Calc, se a célula E8, que contém a fórmula =($D$2+SOMA(C3:C7))/$D$1, for copiada para a célula F9, através de Ctrl+C e Ctrl+V, a célula F9 conterá a fórmula =($D$2+SOMA(D4:D8))/$D$1.

III. No *Writer* as ações das teclas F7, Ctrl+F12 e Ctrl+F4 correspondem, respectivamente, verificar ortografia, inserir tabela e fechar documento.

IV. No Calc a fórmula =SOMA(A1:B2;B4) irá executar a soma de A1, B2 e B4.

Está correto o que se afirma, SOMENTE em

(A) I e II.
(B) I, II e IV.
(C) I, III e IV.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.

---

18. No *Internet Explorer 8* o internauta pode navegar por:

(A) guias, janelas, guias duplicadas e sessões.
(B) janelas, guias e guias duplicadas, somente.
(C) janelas e sessões, somente.
(D) janelas e janelas duplicadas, somente.
(E) guias, guias duplicadas e sessões, somente.

---

19. Para se criar uma nova mensagem no *Thunderbird* 2, basta clicar no ícone da barra de ferramentas Nova MSG, ou clicar no menu

(A) Editar → Nova mensagem.
(B) Arquivo → Novo →Mensagem.
(C) Mensagem → Editar como nova.
(D) Exibir → Opções de nova mensagem.
(E) Ferramentas → Editar → Mensagem.

---

20. Em termos de componentes básicos do computador, é um elemento que, no final das contas, funciona como uma mesa de trabalho que a todo o momento tem seu conteúdo alterado e, até mesmo, descartado quando ela não está energizada:

(A) Placa mãe.
(B) Processador.
(C) HD.
(D) Placa de vídeo.
(E) Memória RAM.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Segundo a Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação

(A) no mínimo em dez Municípios localizados num único Estado.

(B) na Câmara de Vereadores do Município onde está localizada sua sede.

(C) na Assembleia Legislativa do Estado onde está localizada sua sede.

(D) no mínimo com três Assembleias Legislativas de três Estados.

(E) no Congresso Nacional.

---

22. Ulisses foi obrigado a desocupar sua residência porque o Corpo de Bombeiros a requisitou para acessar e apagar um incêndio no imóvel dos fundos que se alastrava com rapidez e tomava enormes proporções, e que poderia queimar o referido imóvel, aniquilar todo o restante do quarteirão, causar a morte de um grupo indeterminado de pessoas e danos à comunidade. Porém, os bombeiros no manuseio das mangueiras de água danificaram todos os móveis e eletrodomésticos que se encontravam no interior do imóvel. Segundo a Constituição Federal, ao Ulisses

(A) está assegurada indenização ulterior de todos os danos causados pelo Corpo de Bombeiros no combate ao incêndio.

(B) não está assegurada indenização ulterior em hipótese alguma, posto que o caso se tratava de iminente perigo público.

(C) está assegurada indenização dos danos, limitada de até vinte salários mínimos.

(D) está assegurada indenização dos danos, limitada de até quarenta salários mínimos.

(E) não está assegurada indenização, posto que o caso se tratava de força maior, salvo se Ulisses provar que a requisição de sua casa era dispensável ao combate do incêndio.

---

23. Plínio filiado à partido político e brasileiro, de reputação ilibada que acabara de completar vinte anos de idade no mês de junho de 2008, efetuou o seu alistamento eleitoral na circunscrição eleitoral do Município de Caju, onde mantinha seu domicilio. A sua intenção era a de concorrer ao cargo de Prefeito no Município de Margarida, nas eleições daquele mesmo ano, posto que frequentava faculdade na referida Cidade, e era presidente do diretório acadêmico, sendo conhecido e amado pelos colegas de faculdade e pela maioria dos habitantes da região, com grandes chances de vencer as eleições. Porém, sua candidatura ao referido cargo foi barrada, porque não preenchia os requisitos de

(A) idade mínima de vinte e cinco anos de idade e domicílio eleitoral referente a um período de dois anos.

(B) idade mínima de vinte e um anos de idade e de domicílio eleitoral na circunscrição do Município de Margarida.

(C) domicílio eleitoral na circunscrição do Município de Margarida e de idade mínima de trinta anos de idade.

(D) pleno exercício dos direitos políticos e de idade mínima de trinta anos de idade.

(E) pleno exercício dos direitos políticos e de idade mínima de vinte e cinco anos de idade.

Direito Eleitoral

24. De acordo com a Resolução TSE nº 21.538/2003, a decisão das pluralidades de inscrições, agrupadas ou não pelo batimento, quando envolver inscrições efetuadas em zonas eleitorais de circunscrições diversas, caberá ao

(A) Tribunal Regional Eleitoral.

(B) juiz da zona eleitoral onde foi efetuada a inscrição mais antiga.

(C) juiz da zona eleitoral onde foi efetuada a inscrição mais recente.

(D) Corregedor-Regional eleitoral.

(E) Corregedor-Geral eleitoral.

---

25. A perda dos direitos políticos

(A) não impede a filiação partidária, mas apenas a votação em convenções.

(B) não impede a filiação partidária, mas apenas a disputa de cargo eletivo.

(C) impede a filiação partidária.

(D) só impede a filiação partidária se houver prévia decisão nesse sentido dos órgãos de direção do partido.

(E) só impede a filiação partidária se houver dispositivo expresso nesse sentido no estatuto do partido.

---

26. O partido Alpha colocou cavaletes e bonecos móveis para propaganda de seus candidatos ao longo da via pública, de forma a não dificultar o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. Esse meio de propaganda

(A) só é permitido pela legislação eleitoral no dia das eleições, até as dezessete horas.

(B) é permitido pela legislação eleitoral, podendo permanecer no local durante o dia e durante a noite até a antevéspera das eleições.

(C) é proibido pela legislação eleitoral pelo risco de distrair motoristas e provocar acidentes.

(D) é permitido pela legislação eleitoral, desde que sejam colocados a partir das seis horas e retirados até as vinte e duas horas.

(E) é proibido pela legislação eleitoral por privilegiar os partidos que escolheram primeiro os melhores lugares.

---

27. José, candidato a Deputado Estadual, foi atingido por afirmação injuriosa do também candidato Pedro, difundida por emissora de televisão, no horário eleitoral gratuito. Nessa situação, José poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral no prazo, contado a partir da veiculação da ofensa, de

(A) vinte e quatro horas e a Justiça Eleitoral notificará o ofensor para se defender no prazo de vinte e quatro horas.

(B) quarenta e oito horas e a Justiça Eleitoral notificará o ofensor para se defender no prazo de quarenta e oito horas.

(C) setenta e duas horas e a Justiça Eleitoral notificará o ofensor para se defender no prazo de setenta e duas horas.

(D) cinco dias e a Justiça Eleitoral notificará o ofensor para se defender no prazo de três dias.

(E) dez dias e a Justiça Eleitoral notificará o ofensor para se defender no prazo de dez dias.

28. Paulo e Pedro não foram indicados pela convenção de seu partido político para disputarem cargos de Deputado Estadual. Como as indicações da convenção não alcançaram o número máximo de vagas, os órgãos de direção do partido indicaram, posteriormente, somente o nome de Paulo, sem, no entanto, preencher a totalidade das vagas. Nesse caso, o pedido de registro da candidatura de Pedro só poderá ser feito

(A) se o mesmo também vier a ser indicado pelos órgãos de direção dentro do prazo legal.

(B) se for realizada nova convenção até o final do mês de julho do ano das eleições.

(C) pelo próprio interessado, pessoalmente, independentemente de indicação pelos órgãos de direção do partido.

(D) pelo próprio interessado, pessoalmente, se obtiver apoio de, pelo menos, um quinto dos filiados.

(E) pelo próprio interessado, pessoalmente, como candidatura avulsa, se pedir o cancelamento da sua filiação partidária.

Direito Administrativo

29. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, o agente público que praticou ato de improbidade administrativa previsto no artigo 11 da mencionada lei (ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública), poderá ser sancionado com a pena, dentre outras, de

(A) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.

(B) suspensão de direitos políticos de seis a oito anos.

(C) multa civil de, no máximo, cinco vezes o valor do dano.

(D) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos.

(E) multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

30. Uma das características dos contratos administrativos denomina-se *comutatividade*, que consiste em

(A) presença de cláusulas exorbitantes.

(B) equivalência entre as obrigações ajustadas pelas partes.

(C) sinônimo de bilateralidade, isto é, o contrato sempre há de traduzir obrigações para ambas as partes.

(D) obrigação *intuitu personae*, ou seja, que deve ser executada pelo próprio contratado.

(E) sinônimo de consensualidade, pois o contrato administrativo consubstancia um acordo de vontades e não um ato impositivo da Administração.

31. Nos termos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), constituem, dentre outras, hipóteses em que será possível a licitação na modalidade tomada de preços:

(A) licitações internacionais, mesmo que o órgão ou entidade não disponha de cadastro internacional de fornecedores.

(B) compras e serviços, com exceção dos serviços de engenharia, cujo valor seja de setecentos mil reais.

(C) casos em que couber convite.

(D) obras e serviços de engenharia cujo valor seja de um milhão e seiscentos mil reais.

(E) concessões de direito real de uso.

32. Considere as seguintes assertivas sobre o requisito *objeto* dos atos administrativos:

I. é sempre vinculado.

II. significa o objetivo imediato da vontade exteriorizada pelo ato.

III. na licença para construção, o objeto consiste em permitir que o interessado possa edificar de forma legítima.

IV. como no direito privado, o objeto do ato administrativo deve ser sempre lícito, possível, certo e moral.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) II, III e IV.
(B) IV.
(C) I e IV.
(D) I, II e III.
(E) I e II.

33. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a ação de improbidade administrativa terá o rito ordinário, e será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada. Sobre o tema, está correto o que se afirma em:

(A) Da decisão que rejeitar a petição inicial, caberá agravo de instrumento.

(B) É possível a transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.

(C) Recebida a petição inicial, será o réu citado para apresentar defesa prévia.

(D) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

(E) Não será possível ao juiz extinguir o processo sem julgamento de mérito, em qualquer fase do processo, ainda que reconheça a inadequação da ação de improbidade.

Administração Pública

34. Considere as seguintes proposições acerca das entidades políticas e administrativas:

I. As entidades estatais são pessoas jurídicas de direito público que integram a estrutura constitucional do Estado e têm poderes políticos e administrativos, como, por exemplo, os Estados-membros.

II. As autarquias desempenham suas atividades sem subordinação hierárquica, no entanto, estão sujeitas a controle administrativo, indispensável para assegurar que elas não se desviem de seus fins institucionais.

III. As entidades paraestatais, também denominadas entes de cooperação com o Estado, são autônomas, administrativa e financeiramente; têm, entre outras características, patrimônio próprio, sendo que não se sujeitam a qualquer controle estatal.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) III.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) II.
(E) I e III.

35. NÃO constitui exemplo de agente político, dentre outros, o

(A) Secretário da Educação.
(B) Ministro da Justiça.
(C) Senador.
(D) Vereador.
(E) Coronel da Polícia Militar.

36. O Jurista Celso Antônio Bandeira de Mello apresenta o seguinte conceito:

Este princípio enuncia a ideia de que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade correspondentes ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas.

Trata-se do princípio da

(A) moralidade.
(B) eficiência.
(C) proporcionalidade.
(D) impessoalidade.
(E) legalidade.

37. No que concerne aos poderes discricionário e vinculado, é correto afirmar que

(A) o ato discricionário, quando autorizado pelo direito, é legal e válido; o ato arbitrário é sempre ilegítimo e inválido.

(B) para a prática de ato vinculado, a autoridade pública não está adstrita à lei em todos os seus elementos formadores.

(C) no ato discricionário, há liberdade de atuação quanto a todos os requisitos dos atos administrativos.

(D) o ato discricionário, em qualquer hipótese, é imune à apreciação judicial.

(E) a atividade discricionária, por implicar em liberdade ao administrador público, não se sujeita aos princípios gerais do Direito e aos preceitos da moralidade administrativa.

38. NÃO constitui objetivo do poder hierárquico o ato (ou a conduta) de

(A) ordenar.
(B) sancionar.
(C) controlar.
(D) coordenar.
(E) corrigir.

39. Os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos são considerados

(A) agentes credenciados.
(B) servidores públicos.
(C) agentes políticos.
(D) agentes administrativos.
(E) particulares em colaboração com o Poder Público.

Administração Financeira e Orçamentária

40. O princípio orçamentário que estabelece que devam constar do orçamento todas as receitas e despesas do ente público é o princípio da

(A) unidade.
(B) exclusividade.
(C) não-afetação das receitas.
(D) universalidade.
(E) especificação.

41. Constitui uma despesa corrente orçamentária

(A) a amortização da dívida ativa.
(B) a concessão de empréstimos a um outro ente público.
(C) o pagamento de juros sobre a dívida pública interna.
(D) a devolução de cauções.
(E) a aquisição de imóveis.

42. Os restos a pagar processados correspondem a despesas ainda não pagas, mas que foram

(A) empenhadas e liquidadas.
(B) programadas e empenhadas.
(C) fixadas e empenhadas.
(D) empenhadas e não liquidadas.
(E) fixadas e programadas.

43. O tipo de crédito adicional que pode ser aberto por Decreto do Poder Executivo, para aprovação posterior pelo Poder Legislativo denomina-se crédito

(A) especial.
(B) complementar.
(C) suplementar.
(D) processado.
(E) extraordinário.

44. Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Chefe do Poder Executivo contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de um determinado prazo do último ano de seu mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Esse prazo corresponde

(A) aos três últimos bimestres do ano.
(B) aos dois últimos quadrimestres do ano.
(C) aos quatro últimos meses do ano.
(D) aos três últimos trimestres do ano.
(E) ao último semestre do ano.

45. Constituem peças importantes para a avaliação do desempenho do ente público no tocante à arrecadação de receitas e execução de despesas, criados pela Lei da Responsabilidade Fiscal:

(A) Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais.

(B) Relatório de Variação das Disponibilidades de Caixa no Exercício e Demonstração das Variações Patrimoniais.

(C) Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial.

(D) Balanço Orçamentário e Balanço Extraorçamentário.

(E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório da Gestão Fiscal.

Noções de Direito Civil

46. Na compra e venda, salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro e as da tradição a cargo

(A) do comprador e vendedor, respectivamente.
(B) do comprador.
(C) do vendedor.
(D) de 50% para cada parte.
(E) do vendedor e comprador, respectivamente.

47. Terá legitimidade para reclamar perdas e danos a direito da personalidade de pessoa morta

(A) apenas o cônjuge sobrevivente.
(B) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o segundo grau.
(C) apenas os descendentes e ascendentes até o segundo grau.
(D) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
(E) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.

48. Considere as seguintes entidades com abrangência nacional:

I. Igreja São Marcos Divino.
II. Associação Pública "Venceremos".
III. Partido Político ABC.
IV. Autarquia XYZ.

Neste caso, são pessoas jurídicas de direito público interno, SOMENTE

(A) III e IV.
(B) II, III e IV.
(C) II e IV.
(D) I e IV.
(E) I e II.

Noções de Direito Processual Civil

49. Considere as seguintes assertivas a respeito do Recurso de Apelação:

I. A apelação será recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
II. Recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz não poderá inovar no processo; recebida só no efeito devolutivo, o apelado poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta.
III. Provando o apelante justo impedimento, o juiz relevará a pena de deserção, fixando-lhe prazo para efetuar o preparo. Esta decisão será irrecorrível, cabendo ao tribunal apreciar-lhe a legitimidade.
IV. Após a apresentação da resposta, o juiz não poderá reexaminar os pressupostos de admissibilidade do recurso.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) I e II.
(D) III e IV.
(E) I e III.

50. Na demanda judicial que A ajuizou contra B, C é bisneta de A; D é inimigo capital de B; E é cônjuge de A e F possui interesse no litígio. Nestes casos, estão impedidos de depor SOMENTE

(A) D e F.
(B) C e E.
(C) C, D e E.
(D) C, D, E e F.
(E) E e F.

51. Quando a carta precatória for enviada para Juiz que carecer de competência em razão da hierarquia, este

(A) a cumprirá, cabendo às partes a arguição da nulidade do ato.
(B) recusará cumprimento, enviando-a para a Corregedoria-Geral do Tribunal competente.
(C) a cumprirá e posteriormente enviará para a autoridade hierarquicamente competente para ratificação dos atos.
(D) recusará cumprimento, devolvendo-a com despacho motivado.
(E) recusará cumprimento, enviando-a para o Tribunal Superior competente para apreciação da irregularidade através de processo administrativo.

Noções de Direito Penal

52. Exclui a imputabilidade penal, nos termos preconizados pelo Código Penal,

(A) a embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
(B) a emoção e a paixão.
(C) a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
(D) se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
(E) a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, se o agente era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

53. No que concerne aos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionário público é correto afirmar:

(A) Equipara-se a funcionário público, para efeitos penais, quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
(B) Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo, cometerá crime de condescendência criminosa.
(C) Não comete crime, mas sim infração administrativa, o funcionário que modificar ou alterar, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
(D) Comete crime de corrupção passiva o funcionário público que patrocina indiretamente interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
(E) Comete crime de concussão aquele que se apropriar de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

54. Considere as seguintes assertivas com relação aos crimes contra o patrimônio, de acordo com o Código Penal:

I. É isento de pena quem comete crime de furto em prejuízo de ascendente com 60 anos de idade.

II. Somente se procede mediante representação, se o agente pratica crime de estelionato em prejuízo de irmão.

III. É isento de pena quem comete crime de extorsão contra cônjuge na constância da sociedade conjugal.

Está correto que se afirma SOMENTE em

(A) II.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) III.

Noções de Direito Processual Penal

55. No que concerne ao Inquérito Policial, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

(A) Do despacho que indeferir o requerimento do ofendido de abertura de inquérito caberá recurso administrativo ao Juiz Corregedor da Comarca.

(B) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.

(C) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

(D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito em situações excepcionais previstas em lei.

(E) A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

56. Considere as seguintes assertivas sobre as espécies de ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal:

I. Na ação penal privada, comparecendo mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o descendente e, em seguida, pela ordem, o cônjuge e o ascendente, podendo, entretanto, qualquer delas prosseguir na ação, caso o querelante desista da instância ou a abandone.

II. Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, a ação penal será pública.

III. Na ação penal pública condicionada, o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I e II.
(B) II.
(C) I.
(D) II e III.
(E) I e III.

57. Nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de

(A) cinco dias.
(B) dez dias.
(C) quinze dias.
(D) trinta dias.
(E) vinte dias.

Normas Aplicáveis aos Serviços Públicos Federais

58. Com relação ao Processo Administrativo, considere as seguintes assertivas a respeito da competência:

I. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado obrigatoriamente perante a Corregedoria-Geral do órgão a que o servidor está diretamente subordinado.

II. Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.

III. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

IV. A delegação de competência é irrevogável, tendo em vista que o órgão delegado assumirá todas as obrigações pertinentes.

De acordo com a Lei nº 9.784/99 está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) II e III.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e IV.

59. No processo administrativo disciplinado pela Lei nº 9.784/99 pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que

(A) tenha interesse direto na matéria.

(B) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante.

(C) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado.

(D) esteja litigando judicial ou administrativamente com cônjuge ou companheiro do interessado.

(E) tenha amizade íntima com parente de terceiro grau de algum dos interessados.

60. Lupércio é servidor ocupante do cargo em comissão X. A autoridade administrativa competente pretende nomeá-lo para ter exercício interinamente, em outro cargo de confiança, o cargo Y, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa. Está hipótese é

(A) vedada pela Lei nº 8.112/90, exatamente pelo fato de Lupércio ser servidor ocupante de cargo em comissão.

(B) permitida pela Lei nº 8.112/90, mas Lupércio deverá optar pela remuneração de um dos cargos durante o período da interinidade.

(C) permitida pela Lei nº 8.112/90, mas Lupércio receberá obrigatoriamente a remuneração do cargo X.

(D) permitida pela Lei nº 8.112/90, mas Lupércio receberá obrigatoriamente a remuneração do cargo Y.

(E) permitida pela Lei nº 8.112/90, mas Lupércio receberá 50% da remuneração do cargo X e 50% da remuneração do cargo Y.

DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Discorra sobre o ciclo orçamentário da União no Brasil, evidenciando a ligação entre o planejamento e o orçamento e os órgãos responsáveis pelo encaminhamento da proposta de lei orçamentária anual, pela sua aprovação e sanção, bem como pela sua execução, controle e avaliação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO